

Queda na desigualdade de renda perde força

(Não Assinado)

A queda da desigualdade na renda do trabalho perdeu ritmo em 2005 e 2006, apesar dos ganhos reais do salário mínimo nos dois anos. A conclusão é de um trabalho do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo mostra que houve forte avanço na distribuição de renda no País entre março de 2002 e junho de 2006. Esse aumento ficou concentrado, contudo, no primeiro semestre de 2004, período em que não houve ganho real do mínimo. O dinamismo econômico e o avanço do mercado de trabalho ajudaram a reduzir a pobreza naquele ano.

"Nos dois últimos anos, em 2005 e 2006, quando ocorreram fortes reajustes dos salário mínimo, o resultado tem sido um pouco decepcionante. Os indicadores de pobreza e desigualdade baseados em renda do trabalho não sofreram as reduções que se observava no passado", afirma o chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, Marcelo Neri. De forma geral, explica o economista, efeitos negativos do aumento do mínimo, como desemprego e aumento da informalidade, estão anulando conseqüências positivas do reajuste.

O trabalho leva em conta dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que abrange as seis principais regiões metropolitanas brasileiras. A FGV calculou que a parcela da renda do trabalho apropriada pelos 50% mais pobres subiu de 10,1%, em março de 2002, para 11,62%, em julho de 2004, e para 12,20% em junho de 2006.

Apenas entre abril e julho de 2004, esta participação saltou de 10,5% para 11,62%. Já o indicador que mede a desigualdade da renda do trabalho (índice Gini) recuou de 0,633 para 0,609 em julho de 2004 e alcançou 0,600 em junho deste ano. A taxa varia de 0 a 1, sendo o ponto zero o que indica a distribuição de renda ideal, sem desigualdade social.

Em paralelo, a parcela de pessoas abaixo da linha de pobreza (renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 120 ao mês) encolheu de 23,95% em março de 2002 para 18,57% em junho de 2006. A maior parte desse avanço já havia ocorrido em 2004, quando a taxa alcançou, em julho, 19,45%.

"O ano de 2004 é muito importante para a redução da desigualdade a partir da renda do trabalho, um ano chinês para os pobres brasileiros", afirma. Nesse ano, aumentaram a taxa de participação de pessoal ocupado, as chances de conseguir emprego e o salário-hora e a economia cresceu 4,9%, junto a um cenário externo favorável. "Não é que o efeito do mínimo tenha sido negativo. Mas os efeitos positivos de aumentar os salários dos trabalhadores foram compensados pelos negativos", diz Néri.

O economista explica que em 2004 o salário mínimo passou de R\$ 240 para R\$ 260 (mas sem ganho real, ou seja, descontada a inflação não houve acréscimo), enquanto o crescimento real do mínimo foi de 9% em 2005 e 13% este ano. A estimativa é de que os empregos formais perdidos este ano na faixa salarial em torno do mínimo foi de 19,13% entre março e julho desse ano.

O trabalho da FGV não abrange a renda total (com transferências de renda e aposentadorias), para a qual o último dado disponível é da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) relativa a 2004. A desigualdade geral será influenciada por programas de transferência de renda não captados na PME, como o Bolsa Família, "a estrela do novo regime de política social brasileiro". Segundo Neri, a série da PNAD começa em 1977 e é certo dizer que a desigualdade hoje é a menor desse período.

O economista do Ipea Sergei Soares reconhece que, a partir de determinado valor, o salário mínimo começa a gerar efeitos negativos, como desemprego e informalidade, mas afirma que não é possível definir em que nível isso ocorre. Ele vê com cautela os resultados da pesquisa da FGV. "É uma possibilidade, mas não dá para concluir ainda, acho meio excessivo", afirmou.

/td>